

MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DEFESA E MIGRAÇÃO: UMA AGENDA EMERGENTE NO NORTE GLOBAL

Bruno Magalhães¹

RESUMO

O artigo explora como eventos climáticos extremos e alterações nos padrões climáticos, resultantes do aquecimento global, provocam deslocamentos populacionais significativos. Essas migrações têm implicações cruciais para a estabilidade geopolítica global e a resiliência de comunidades vulneráveis. Compreender os impactos das mudanças climáticas na dinâmica da migração é essencial para estratégias de segurança nacional em um mundo transformado pelas alterações climáticas. EUA, União Europeia e OTAN são atores-chave na discussão global sobre mudanças climáticas, segurança e migração. Analisando as estratégias desses atores, o artigo busca tecer reflexões sobre adaptação climática, gestão de migração e segurança, antecipando questões relevantes para o caso brasileiro.

Palavras-chave: Mudanças Climáticas, Defesa, Migração, EUA, União Europeia, OTAN

¹ Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisador da Universidade de Amsterdã, (UvA), Rio de Janeiro - RJ, Brasil. E-mail: brunoepbm@gmail.com - ORCID <https://orcid.org/0000-0003-3190-1349>

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda a interligação entre mudanças climáticas, segurança e migração. O artigo explora como eventos climáticos extremos e alterações nos padrões climáticos, resultado do aquecimento global, provocam deslocamentos populacionais significativos. Essas migrações têm implicações cruciais para a estabilidade geopolítica global e a resiliência de comunidades vulneráveis. A compreensão dos impactos das mudanças climáticas na dinâmica da migração é crucial para estratégias de segurança nacional em um mundo transformado pelas alterações climáticas.

Se o aquecimento global continuar no ritmo atual, estima-se que até 2050, 216 milhões de pessoas migrarão dentro de seus países em busca de emprego, alimentos e segurança hídrica (Rigaud et al. 2018). Crises relacionadas às condições meteorológicas causaram, na última década, o dobro de deslocamentos em comparação com conflitos (Thalheimer, Choquette-Levy, and Garip 2022). A maioria dos Estados e instituições internacionais não está preparada para a magnitude dos fluxos migratórios que serão desencadeados pelas mudanças climáticas.

O estudo considera temas já estabelecidos nessa agenda, como o agravamento das condições socioeconômicas levando a conflitos e migrações em larga escala gerando instabilidade política. Indo além disso, porém, explora novos tópicos, como a instrumentalização das migrações, tensões étnico-políticas intensificadas e o papel das forças de defesa em operações relacionadas à migração e aos desastres ambientais.

Os EUA, a União Europeia e a OTAN são atores-chave nesse cenário. A análise de suas estratégias busca compreender questões emergentes sobre adaptação climática, gestão de migração e segurança, fornecendo reflexões para o caso brasileiro. O estudo contribui para mapear a discussão corrente sobre como as mudanças climáticas impactam o deslocamento forçado e as políticas migratórias adotadas por Estados. O foco é a relação entre mudanças climáticas e migração, considerando novas implicações de segurança que vêm sendo aventadas.

AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS COMO UMA QUESTÃO DE SEGURANÇA NA AGENDA GLOBAL

Em 17 de abril de 2007, ocorreu um debate inédito no Conselho

de Segurança da ONU sobre alterações climáticas, provisionamento energético e segurança. O debate resultou de um esforço coordenado do Reino Unido, atuando como presidente rotativo do Conselho. Apesar de ser bem recebida pela maioria das nações europeias, a proposta enfrentou resistência de países como África do Sul e Egito, que argumentaram que o Conselho não era apropriado para discutir questões sistêmicas como emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). O representante chinês destacou a falta de competência do Conselho para lidar com mudanças climáticas. No entanto, mais de 50 países participaram do debate, concluindo que as mudanças climáticas representavam ameaça à segurança, e o Conselho, embora não exclusivo, era um fórum apropriado para essa discussão (Maertens 2022).

Escritores, como Richard Ullman em 1983, propuseram alargar o conceito de segurança nacional, abrangendo não apenas desastres naturais, mas também a escassez de recursos (Ullman 1983). Norman Myers, um cientista ambiental proeminente, e Jessica Tuchman Mathews, ex-vice-presidente do *World Resources Institute*, defenderam a ampliação da segurança nacional para abranger questões ambientais (Mathews 1989; Myers 1993). Após a Guerra Fria, surgiu a ideia de utilizar as capacidades militares, incluindo a inteligência de defesa, para analisar, prever e mitigar problemas ambientais internacionais, dando origem ao conceito de “complexo militar de segurança ambiental” (Light 2014).

Ambientalistas e estudiosos da segurança internacional que inicialmente opuseram-se à associação militar ao meio ambiente, argumentando que isso poderia resultar na militarização ambiental, com a segurança ambiental reduzida à capacidade militar de se adaptar às questões ambientais. A preocupação era a de que vincular outras áreas às Forças Armadas equivaleria a militarizar problemas não militares (Floyd 2008).

A preocupação se evidencia na tese do conflito ambiental, que sugere que questões ambientais podem resultar em conflitos violentos. Um exemplo proeminente é o Grupo de Toronto, liderado por Thomas Homer-Dixon, que, desde 1989, estudou casos, como México e Paquistão, destacando a escassez ambiental como desencadeadora de conflitos intraestatais. A “captura de recursos” é um conceito crucial, indicando que a escassez leva grupos poderosos a controlar recursos valiosos, enquanto grupos marginais migram para áreas vulneráveis. Homer-Dixon alerta que as mudanças climáticas podem intensificar desafios militares, como

insurgências, genocídios e terrorismo global, difíceis de enfrentar com métodos convencionais (Homer-Dixon 2023).

Surgiram teorias contrastantes sobre conflitos ambientais, incluindo a noção de que não é a falta, mas a abundância de recursos que impulsiona conflitos civis. A tese do “pote de mel” argumenta que a luta surge da abundância de recursos valiosos, como minerais ou petróleo. À medida que esses recursos são consumidos ou degradados, seu valor cresce, incentivando grupos rivais a competir por sua posse (Soyza 2002).

Em termos gerais, a literatura de segurança ambiental defende que o indivíduo é o alvo apropriado para a proteção na segurança ambiental. Esses defensores se opõem às diversas teses de conflito ambiental, argumentando que, dado que as ameaças ambientais transcendem fronteiras territoriais, a verdadeira segurança ambiental só é possível ao desvincular a segurança ambiental do paradigma Estado-centrado de defesa. A abordagem da segurança humana para a segurança ambiental, apoiada por esses proponentes, direciona sua atenção para questões como interdependência ecológica, impacto da globalização e disparidade no consumo entre o Norte e o Sul global (United Nations Development Programme 2007).

Recentemente, em algo como os últimos cinco anos, a interconexão entre o aquecimento global e a segurança reacendeu o debate sobre segurança ambiental. Se a “segurança global” abrange segurança humana e econômica, não apenas a militar, as maiores ameaças à humanidade parecem surgir tanto das armas quanto dos efeitos devastadores das mudanças climáticas. Muitos impactos sociais da guerra, como mortes, ferimentos, deslocamento, fome, doenças, destruição de infraestrutura e recessão econômica, podem ser derivados da intensificação dos desastres climáticos, como secas, incêndios e tempestades. Além disso, pontos de inflexão nas mudanças climáticas, como o início de uma nova era glacial, podem representar ameaças à civilização comparáveis aos antigos receios de guerra nuclear (McDonald 2018).

A comunidade de Relações Internacionais deve se ajustar para enfrentar uma ameaça global não derivada de conflitos armados. Segundo Robert Keohane (2015), as mudanças climáticas apresentam um desafio significativo à adequação das instituições políticas. Ele destaca a complexidade das negociações internacionais e a dificuldade de implementar políticas domésticas que “exigem pagamentos crescentes pelo eleitor mediano na geração atual”, resultando em uma “política

maligna de pouca ação” (Keohane 2015). Os esforços globais, como o Protocolo de Quioto de 1997, falharam, incluindo em grandes democracias como Austrália, Canadá e Japão, que recuaram desde Kyoto (idem). As negociações de Paris em 2015 buscaram estabelecer metas pelas Nações Unidas, mas parecem ter priorizado acordos politicamente viáveis em detrimento dos efetivamente impactantes (idem).

De forma simplificada, as ameaças das alterações climáticas podem ser divididas entre longo prazo (a partir de 2100 CE) e curto/médio prazo (Beyer and Milan 2023). A longo prazo, se o aumento das temperaturas globais persistir, levando a alterações climáticas descontroladas, a própria civilização humana será destruída, exceto, talvez, para uma minoria muito afortunada e rica, ou possivelmente pós-humanos geneticamente modificados (idem). No curto e médio prazo, os efeitos diretos nas democracias ocidentais serão mais limitados, embora ainda intensamente desagradáveis, evidenciados por ondas de calor e incêndios florestais na Califórnia, sul da Europa e Austrália (idem).

Os efeitos diretos do calor provavelmente resultarão em mais mortes do que quaisquer guerras, com exceção de conflitos mundiais (idem). Antes do início das mudanças climáticas, uma onda de calor em 2003 na Europa causou cerca de 35 mil mortes, superando as vítimas francesas na Guerra da Argélia em oito anos (idem). Na Rússia, em 2010, uma onda de calor, agravada pela inalação de fumaça de incêndios florestais, causou pelo menos 41.000 mortes, o dobro do número de russos que foram mortos durante os dez anos da intervenção soviética no Afeganistão (idem). O aumento contínuo das temperaturas globais sugere que, em muitos lugares, as ondas de calor se tornarão mais graves e frequentes (idem).

Os impactos secundários das mudanças climáticas também podem ser fatais (Beyer and Milan 2023). Na Europa, as consequências mais dramáticas do aquecimento global, mesmo que moderado, serão observadas no Mediterrâneo (idem). Lá, o verão se estenderá por mais um mês, ondas de calor com temperaturas superiores a 35°C persistirão por mais de um mês e as chuvas diminuirão em até 20% (idem). Isso resultará em danos graves à agricultura e ao turismo, uma transformação radical dos ecossistemas para condições semiáridas e um aumento nos incêndios florestais. Mudanças climáticas descontroladas levariam à desertificação completa da região (idem).

Em suma, em uma era de mudanças climáticas, a segurança dos Estados também estará vinculada à habilidade de lidar com desastres

naturais e proteger as populações de seus impactos. Na batalha para mitigar os efeitos das mudanças climáticas, incluindo o esperado aumento do nível do mar, a perspectiva de abandonar completamente territórios devido a mudanças climáticas está se tornando mais concreta (Lieven 2023). Os recursos dedicados à mitigação das alterações climáticas têm sido claramente insuficientes até o momento, especialmente em comparação com os alocados para a segurança militar. Ao mesmo tempo, os sacrifícios exigidos da população serão semelhantes aos necessários em tempos de guerra (Lieven 2023). Entender melhor como as mudanças climáticas se associam à migração, evitando cair em discursos fáceis que tratam a migração como necessariamente negativa, é um desafio urgente. As seções subsequentes buscam contribuir nesse sentido, explorando como os EUA, a UE e a OTAN têm examinado onexo entre mudanças climáticas e migração.

MIGRAÇÃO, SEGURANÇA E CLIMA NOS EUA

A seção a seguir aborda o crescente envolvimento dos setores de defesa dos EUA nas questões de migração e deslocamentos populacionais causados por mudanças climáticas. O caso americano é especialmente relevante devido ao seu status como detentor do maior orçamento de defesa global, e pelo fato de que a discussão sobre integrar as mudanças climáticas, e por conseguinte a migração associada a essas mudanças, no planejamento de defesa vem sendo marcada por polarização.

Em 2007, o *Center for Naval Analysis* publicou um relatório pioneiro que destacava os crescentes riscos das mudanças climáticas para a segurança nacional. Esse estudo foi um dos primeiros a estabelecer a conexão entre mudanças climáticas e segurança nacional, definindo esta última em termos de influência nas dinâmicas geoestratégicas e eventos mundiais que poderiam envolver as forças militares dos EUA ou afetar seus interesses estratégicos globais. O relatório alertou que mudanças climáticas vão além do aumento de temperatura, podendo desencadear instabilidades em sistemas naturais que historicamente causaram tensões entre nações (Center for Naval Analysis 2007).

O documento sublinhou que as mudanças climáticas poderiam agravar problemas como acesso inadequado a alimentos, comprometimento do acesso à água e danos a infraestruturas causados por eventos climáticos extremos. Isso poderia resultar em deslocamentos

em massa, exacerbando as tensões geopolíticas. O relatório identificou as zonas costeiras como particularmente vulneráveis, devido à subida do nível do mar e ao aumento de tempestades, o que poderia levar à perda de terras e deslocamento de grandes populações. Advertiu também sobre a possibilidade de desafios relacionados à migração quando as pessoas buscam recursos além das fronteiras nacionais (idem).

A previsão do relatório para o aumento de três padrões de migração - dentro dos países, entre fronteiras internacionais e envolvendo deslocamentos em vastas regiões - se confirmou nos anos subsequentes a sua publicação. Houve um aumento notável da migração “de sul para norte”, especialmente para os EUA e Europa, com imigrantes provenientes de África e Ásia, resultando em tensões raciais e religiosas em países europeus (idem).

Em 2014, o *Center for Naval Analysis* publicou um segundo relatório, reafirmando as conclusões de 2007 e observando que muitos dos riscos identificados estavam se materializando mais rapidamente do que o previsto. Regiões na África, Ásia e Oriente Médio já estavam experimentando deslocamentos devido a eventos climáticos extremos, levando a migrações em massa. O relatório ressaltou a vulnerabilidade das regiões costeiras densamente povoadas e criticamente importantes em termos de infraestrutura (Center for Naval Analysis 2014).

Mais uma vez, o relatório se mostrou presciente. As condições meteorológicas adversas, acompanhadas de deslocamentos em massa, pandemias subsequentes ou infraestruturas críticas degradadas, vêm ultrapassando cada vez mais os recursos normais do governo e exigindo uma maior utilização de militares na ativa e de recursos do setor privado. Por exemplo, o conflito na Síria foi precedido por cinco anos de secas devastadoras, associadas a instituições estatais sem capacidade de resposta e a um sobrepastoreio que dizimou o gado, devastou 75% das colheitas em algumas regiões e obrigou milhões de pessoas a migrar para cidades. Quando a capacidade de recepção local colapsou, teve início um processo de migração em massa para a Europa (idem).

Esses alertas foram oficialmente reconhecidos na Estratégia Nacional de Segurança dos EUA de 2015, que identificou as mudanças climáticas como uma ameaça urgente e crescente à segurança nacional (United States. President (2009-2017: Obama) 2015). No entanto, em 2017, o presidente Donald Trump retirou as ameaças climáticas da Estratégia de Segurança Nacional, embora os líderes militares continuassem a tratar o

assunto como parte central da agenda de segurança (Orr 2021).

Uma nova mudança ocorreu em 2021 com a eleição do presidente Biden, que emitiu uma ordem executiva reconhecendo as mudanças climáticas e seu impacto na migração (“United States: Executive Order on Rebuilding and Enhancing Programs to Resettle Refugees and Planning for the Impact of Climate Change on Migration” 2021). Essa ordem delineou princípios e metas para revitalizar o Programa de Admissão de Refugiados dos EUA e abordar os impactos da migração induzida pelo clima na segurança, proteção, assistência humanitária e parcerias (idem). O relatório resultante da Task Force 2021 destacou a crise climática em curso e suas influências na mobilidade humana, prevendo que dezenas de milhões de pessoas seriam deslocadas nas próximas décadas devido a catástrofes ambientais (“Refugees International Issues Report Entitled ‘Task Force Report to the President on the Climate Crisis and Global Migration’” 2021).

O relatório enfatizou que, embora a prevenção e a mitigação sejam essenciais, a migração devido às mudanças climáticas é inevitável em certa medida. Ele instou que a migração seja tratada como uma estratégia de adaptação para comunidades em zonas de alto risco. As projeções indicam que, sem ações significativas, milhões de “migrantes climáticos” poderiam ser deslocados até 2050. As tendências atuais indicam que os desafios climáticos e as emergências humanitárias só aumentarão (idem).

O relatório alertou que eventos perturbadores e mortais, como ondas de calor e precipitação extremas, serão mais frequentes e intensos no futuro. Esses eventos terão impactos devastadores e irreversíveis nos ecossistemas de que dependemos, incluindo a acidificação dos oceanos em grande escala e o declínio dos recursos haliêuticos, a redução da quantidade e da fiabilidade das águas superficiais e subterrâneas renováveis e a extinção em massa da flora e da fauna. A perda de ecossistemas gerará insegurança alimentar e ameaçará o bem-estar das pessoas mais pobres do mundo, 80% das quais vivem em zonas rurais e dependem da agricultura para a sua subsistência. O aquecimento global, mesmo em níveis mais modestos que os atuais, continuará resultando em uma aceleração desses riscos (idem).

Em particular, o relatório notou que as alterações climáticas já influenciam padrões e tendências relacionados com a mobilidade humana. Em 2020, o Centro de Monitoramento de Deslocamentos Internos (IDMC) calculou que as catástrofes relacionadas com o clima deslocaram mais de

30 milhões de pessoas - três vezes mais do que as pessoas deslocadas por conflitos no mesmo ano. Este número é sustentado por acontecimentos súbitos com ligações tangíveis com as alterações climáticas, incluindo inundações sem precedentes em Bangladesh e na África Oriental, os furacões Eta e Iota, que atingiram a América Central em rápida sucessão, e o ciclone tropical Harold no Pacífico. Os Estados Unidos também registaram uma elevada taxa de deslocamento relacionado com o clima em 2020, devido a um número recorde de ciclones que se formaram no Atlântico, a ondas de calor intensas no Oeste e Sudoeste e a alguns dos maiores incêndios florestais de que há registo na Califórnia (idem).

Os alertas parecem ter tido impacto, visto que a Estratégia de Segurança Nacional dos EUA para 2022 declarou que, entre os desafios comuns, as mudanças climáticas são o maior e potencialmente existencial para todas as nações. Sem uma ação global imediata nesta década crucial, as temperaturas globais ultrapassarão o crítico limite de aquecimento de 1,5 graus Celsius. Posteriormente, cientistas alertam que alguns impactos climáticos catastróficos serão irreversíveis. As condições climáticas e emergências humanitárias só tendem a piorar - de incêndios florestais e furacões mais intensos nos EUA a inundações na Europa, aumento do nível do mar na Oceania, escassez de água no Oriente Médio, derretimento do gelo no Ártico e seca e temperaturas letais na África Subsaariana. As tensões aumentarão à medida que os países disputam recursos e vantagens energéticas, agravando as necessidades humanitárias, insegurança alimentar, ameaças à saúde e o potencial de instabilidade, conflito e migração em massa (Biden 2022).

Em 2023, o Pentágono passou a destacar o risco de deslocamento das próprias forças militares e de impactos nas infraestruturas críticas de defesa devido às mudanças climáticas. Tempestades como furacões e ciclones frequentemente causam danos significativos às bases militares costeiras, deixando-as inoperacionais por períodos prolongados e resultando em prejuízos bilionários. Em 2018, o furacão Michael atingiu a Base Aérea de Tyndall, na Flórida, causando danos substanciais, incluindo a destruição de hangares. Esses danos não se limitam às áreas costeiras; em 2019, inundações devastaram um terço da Base da Força Aérea de Offutt, no Nebraska, com custos de reconstrução próximos a 5 bilhões de dólares, evidenciando a extensão do impacto (Jivnani and Kang 2021).

O Pentágono também está explorando como as migrações induzidas pelas mudanças climáticas podem impulsionar inovações

operacionais. Por exemplo, as condições climáticas extremas e a elevação do nível do mar estão acelerando a degradação do concreto. Para manter pistas e cais em condições adequadas, as forças armadas estão investindo em soluções inovadoras, como o concreto auto regenerável. A corrosão de metal e concreto tem um custo anual global estimado em mais de 2,5 trilhões de dólares, representando mais de 3% do PIB global anual. Qualquer inovação que aborde esse problema pode ter um impacto econômico significativo. Em outro exemplo, um estudo do Pentágono sugere que o aumento do nível do mar pode criar oportunidades para coleta de informações submarina ao longo das costas. Essas missões priorizarão a invisibilidade, tornando sistemas de propulsão autônomos baseados em células de combustível mais úteis do que a propulsão nuclear em alguns casos (Sawislak et al. 2022). Todos esses são exemplos de como as mudanças climáticas podem ser associadas ao deslocamento ou reposicionamento de estruturas militares críticas.

A conexão explícita entre eventos meteorológicos adversos, deslocamento forçado e capacidade operacional levou o Departamento de Defesa a adotar uma estrutura de resiliência para proteger suas instalações e sistemas de armas contra condições meteorológicas extremas e garantir cadeias de abastecimento seguras. A Força Aérea, por exemplo, desenvolveu a ferramenta Geo-SCRM, que monitora eventos climáticos adversos, como incêndios florestais ou furacões, alertando organizações em seu caminho. O orçamento proposto para o Departamento de Defesa em 2023 destina mais de US\$ 2 bilhões para melhorar a resiliência das instalações militares. Deste montante, US\$ 553 milhões são para ajudar as bases a resistir a interrupções de energia por meio de micro-redes e energia renovável, enquanto US\$ 322 milhões visam fortalecer a capacidade de sobrevivência em eventos extremos (Sawislak et al. 2022).

Em suma, ao longo dos anos, os Estados Unidos passaram por uma evolução significativa na percepção e resposta às mudanças climáticas, reconhecendo a influência direta desses fenômenos na segurança nacional e nas operações militares. O envolvimento crescente do setor de defesa sugere um reconhecimento cada vez maior dos riscos e desafios que as mudanças climáticas apresentam em relação à migração e suas implicações geopolíticas.

MIGRAÇÃO, SEGURANÇA E CLIMA NA UNIÃO EUROPEIA

A partir da metade da década de 1990, a União Europeia (UE) passou a solicitar regularmente ação global contra as mudanças climáticas, com o Conselho Europeu liderando o discurso. Em 1995, o Conselho afirmou que as mudanças climáticas resultariam em “danos e perturbações significativos” e enfatizou a “necessidade de ação urgente”. De acordo com a declaração de 1995, os esforços futuros deveriam incluir análises para definir políticas, medidas e avaliações ambientais e econômicas até 2020. As mudanças climáticas permaneceram uma prioridade na política ambiental, com o Conselho Europeu declarando em 1998 que representavam um dos maiores desafios ambientais das próximas décadas. Em 1999, o Conselho reiterou que as mudanças climáticas eram um dos “principais desafios ambientais globais”. No cenário internacional, a UE pressionou com sucesso pela criação de instrumentos vinculantes, culminando no Protocolo de Quioto em 1997 (Dupont 2019).

Em 2001, a UE confrontou um desafio crucial na governança climática, desencadeado pela recusa do Presidente dos EUA, George W. Bush, em ratificar o Protocolo de Quioto. Diante da escolha entre abandonar o acordo ou defendê-lo, a UE optou por insistir em sua implementação, influenciada também por eventos como desastres naturais e aumento de temperaturas. A decisão dos EUA, aliada ao reconhecimento científico da gravidade das mudanças climáticas, impulsionou a UE a adotar medidas decisivas. Esse incidente crucial impactou os discursos do Conselho e do Conselho Europeu, impulsionando a UE a evoluir de uma liderança “retórica” nos anos 1990 para uma “liderança pelo exemplo” nos anos 2000 (idem).

Em 2001, o Conselho Europeu caracterizou as mudanças climáticas como “uma ameaça global ao bem-estar e progresso econômico”, movendo o discurso de “risco” para “ameaça”. Identificou as mudanças climáticas como uma das principais ameaças ao desenvolvimento sustentável global, instando à ação para combater essa ameaça. A UE reconheceu a necessidade de promover sinergias entre a abordagem das mudanças climáticas e o desenvolvimento, destacando a preocupação com a redução da pobreza em países em desenvolvimento (idem).

Em 2003, a Estratégia Europeia de Segurança reconheceu as mudanças climáticas como uma ameaça global, prevendo potencial turbulência e migrações devido à competição por recursos naturais. Em 2004, o Conselho reiterou que as mudanças climáticas eram um dos “maiores desafios da humanidade”. Em 2006, o Conselho enfatizou que os

efeitos das mudanças climáticas poderiam ter implicações significativas para a segurança global, vinculando-se aos debates sobre segurança climática (Dupont 2019).

Em dezembro de 2006, o Conselho Ambiental em Bruxelas destacou diretamente a questão dos refugiados ambientais, ressaltando os impactos das mudanças climáticas, como catástrofes naturais, escassez de água, seca e degradação do solo, aumentando o risco de conflitos. O Conselho Europeu descreveu as mudanças climáticas como uma “ameaça crescente”, exigindo enfrentamento eficaz e urgente. Reconheceu a crescente importância do desafio climático à medida que as consequências a longo prazo se tornavam claras, destacando custos significativos da inação para a economia global em comparação com a ação (idem).

A relação entre migração e desenvolvimento tornou-se parte das discussões do Conselho, com compromissos para enviar missões específicas da UE aos principais países africanos em 2007. Desde então, o Conselho abordou explicitamente as mudanças climáticas como uma questão de segurança, destacando seu impacto considerável nas questões de segurança internacional e nos riscos para ecossistemas, produção alimentar, desenvolvimento sustentável, saúde e segurança humana (idem).

Em 2008, a UE divulgou um documento sobre as mudanças climáticas e a segurança internacional, enfatizando seu papel como um “multiplicador de ameaças” que agravam tendências e instabilidades existentes. Reconhecendo a ameaça de sobrecarga em Estados e regiões já frágeis, o documento destacou riscos humanitários, políticos e de segurança para os interesses europeus. Mencionou ameaças específicas, como impactos econômicos em cidades costeiras e infraestruturas críticas (idem).

O documento alertou que a manutenção do status quo em relação às mudanças climáticas poderia custar até 20% do PIB global anualmente, enquanto uma ação eficaz limitaria esse custo a 1%. O documento focou nas zonas costeiras, abrigando um quinto da população mundial, especialmente vulneráveis à elevação do nível do mar. A discussão sobre migração destacou os impactos nas populações vulneráveis e previu milhões de migrantes ambientais até 2020, aumentando a pressão migratória na Europa (idem).

O relatório de 2008 também abordou questões territoriais decorrentes da perda de território devido à elevação do nível do mar,

prevendo disputas fronteiriças e a necessidade de revisão do direito internacional. Discutiu ainda a competição por recursos nas regiões polares e os potenciais conflitos resultantes. Em geral, refletiu um consenso claro entre os Estados-Membros e cidadãos da UE sobre a necessidade de agir contra as mudanças climáticas em 2008 (idem).

Desde então, a União Europeia enfrentou crises simultâneas, incluindo a Crise Financeira Global desencadeada pela crise econômica de 2007-2008, originada nos EUA com o colapso do mercado de hipotecas subprime. A crise se disseminou globalmente, atingindo a Europa. O Brexit também foi um desafio, envolvendo dois anos de negociações sobre os termos da saída do Reino Unido. A Guerra Civil Síria, iniciada em 2011 durante a Primavera Árabe, causou crises humanitárias e grandes deslocamentos. Desde 2014, a UE enfrenta o conflito entre Ucrânia e Rússia.

Apesar dos acontecimentos, a perspectiva de segurança em relação às mudanças climáticas persistiu. Desde 2008, o discurso sobre as mudanças climáticas tem mantido sua ênfase na segurança. Em 2009, o Conselho Europeu reconheceu a interligação entre mudanças climáticas, segurança alimentar e pobreza. A vulnerabilidade dos países em desenvolvimento aos impactos climáticos foi destacada em 2010 (Dupont 2019).

A partir de 2012, os Estados Unidos adotaram uma postura mais receptiva às políticas climáticas internacionais. As mudanças climáticas foram um foco na campanha de reeleição de Barack Obama em 2012, demonstrando compromisso com a mitigação e a transição para uma energia mais sustentável.

Em 2013, a abordagem global da UE em conflitos externos incorporou as mudanças climáticas como um fator crítico em todas as fases do ciclo de conflito, destacando a crescente dimensão de política externa e segurança das políticas internas da UE. Desde então, esforços têm sido feitos para integrar preocupações de segurança climática em várias áreas, abrangendo alerta rápido, prevenção de conflitos, resposta a crises, recuperação, estabilização e construção da paz (Szozzkiewicz 2020).

A Estratégia Global da UE de 2016 afirma que as alterações climáticas e a degradação ambiental exacerbam os conflitos potenciais, tendo em conta o seu impacto na desertificação, na degradação dos solos e na escassez de água e de alimentos". A estratégia considera o clima um multiplicador de ameaças que catalisa a escassez de água e de alimentos, as pandemias e as deslocamentos (idem).

Como já foi referido, a percepção a UE era a de que, a partir de 2012, os EUA haviam se tornado mais receptivos às políticas internacionais em matéria de clima. No entanto, todas as esperanças de uma liderança renovada dos EUA em matéria de clima foram frustradas quando a administração Trump anunciou, em junho de 2017, que os EUA tencionavam retirar-se do Acordo de Paris.

Os sinais sugerem que o recuo do empenho americano encorajou a UE. Em setembro de 2017, a UE, o Canadá e a China convocaram a primeira reunião ministerial sobre a ação climática - uma reunião de 34 Estados empenhados em aplicar o Acordo de Paris. O Conselho Europeu tem reiterado a intenção da UE de “liderar a luta contra as alterações climáticas” (Dupont 2019). Em 2018, o Conselho Europeu voltou a descrever as alterações climáticas como um “multiplicador de ameaças”. Em sua declaração, o Conselho reconhece que as alterações climáticas têm implicações diretas e indiretas para a segurança e a estabilidade internacionais, afetando sobretudo aqueles que se encontram em situações mais frágeis e vulneráveis, contribuindo para a perda de meios de subsistência, reforçando as pressões ambientais e o risco de catástrofes, forçando o deslocamento de pessoas e exacerbando a ameaça de agitação social e política (idem).

Em agosto de 2019, os ministros da Defesa da UE abordaram pela primeira vez as implicações de segurança das mudanças climáticas. O Conselho enfatizou que os mecanismos de prevenção de conflitos, como o sistema de alerta precoce da UE, deveriam considerar os desafios de segurança relacionados aos impactos adversos das mudanças climáticas, fortalecendo a conexão entre alerta precoce e ação rápida (Lazarou and Tothova 2022).

A questão migratória ganhou destaque no discurso europeu sobre mudanças climáticas em 2019, integrando as discussões do Conselho sobre Diplomacia Climática. O Conselho endossou as conclusões de um estudo da Comissão Mundial sobre a Geopolítica da Transformação Energética, que alerta para ameaças à estabilidade de países devido a eventos climáticos extremos. Esses eventos, como variabilidade de precipitação, secas, inundações, furacões e incêndios, podem desencadear agitação política e social, afetar preços de alimentos e causar deslocamentos de populações. A elevação do nível do mar ameaça especialmente pequenos Estados insulares em desenvolvimento. A pobreza energética, embora geralmente vista como um problema de desenvolvimento, também

compromete a segurança, aumentando a vulnerabilidade de mulheres e crianças a ferimentos e violência ao buscar combustível. Em termos gerais, é um multiplicador de ameaças, exacerbando problemas como pobreza, marginalização, agitação social, deslocamento populacional e fragilidade ambiental (Lazarou and Tothova 2022).

O Pacto Ecológico Europeu (European Green Deal - EGD), apresentado pela Comissão von der Leyen em dezembro de 2019, tem como objetivo tornar a Europa o primeiro continente com impacto neutro no clima até 2050. Além de ser uma nova estratégia de crescimento da UE, o EGD prioriza a ação climática de maneira sem precedentes. A Diretiva “Energia” busca posicionar a UE como líder global na luta contra as mudanças climáticas, complementando o amplo programa de ação interna da UE. A comunicação sobre a Diretiva “Ambiente” reconhece a conexão entre desafios ambientais globais e segurança, destacando as mudanças climáticas como um multiplicador significativo de ameaças e fonte de instabilidade. Destaca que a transição ecológica remodelará a geopolítica, afetando interesses econômicos, comerciais e de segurança em escala mundial, criando desafios para diversos Estados e sociedades. A UE compromete-se a colaborar com todos os parceiros para fortalecer a resiliência climática e ambiental, prevenindo conflitos, insegurança alimentar, deslocamento de populações e migração forçada, e apoiando uma transição justa globalmente (Sanchez-Reaza 2023).

No início de 2020, as conclusões do Conselho sobre diplomacia climática destacaram a necessidade de incorporar os fatores climáticos na discussão sobre segurança. Em junho de 2020, as conclusões sobre segurança e defesa convocaram o Alto Representante e Vice-Presidente da Comissão Josep Borrell para abordar a interligação entre alterações climáticas e defesa, propondo medidas práticas de curto, médio e longo prazo. Em resposta, o Serviço Europeu para a Ação Externa elaborou um roteiro sobre alterações climáticas e defesa, em colaboração com os serviços da Comissão e a Agência Europeia de Defesa. Esse roteiro contribui para a ampla agenda da UE, influenciando o seu papel como líder global na luta contra as alterações climáticas, enquanto busca maior eficiência energética e menor dependência externa no equipamento de defesa. Reconhecendo que as alterações climáticas são um multiplicador de ameaças, o roteiro enfatiza as implicações globais para a paz e a segurança. Prevê elevação do nível do mar, aumento das temperaturas, e intensificação de fenômenos meteorológicos extremos, com possíveis impactos na segurança marítima.

As consequências incluem restrições alimentares e hídricas, riscos para a saúde, deslocamento populacional e degradação de economias e biodiversidade (Borrell 2022).

Em março de 2022, o Conselho da UE aprovou as Orientações Estratégicas, visando estabelecer uma visão partilhada sobre desafios de segurança, incluindo o clima. As orientações derivam de uma análise de ameaças da UE-27 em novembro de 2020, que destaca o potencial dos fatores climáticos para impactar a estabilidade nacional e regional. O documento enfatiza as alterações climáticas como um multiplicador de ameaças, sendo a ideia mencionada 17 vezes. Propõe ações no setor de defesa, como aumento da eficiência energética, redução da pegada ambiental da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) e estratégias nacionais para preparar forças armadas para as alterações climáticas até 2023. Sugere a nomeação de conselheiros ambientais em missões PCSD até 2025, destaca o papel das alterações climáticas em quadros bilaterais e multilaterais, e enfatiza a tecnologia verde nas forças armadas. O Compasso também aborda as alterações climáticas nos pilares de resiliência e parceria da UE. Em 15 de fevereiro de 2022, a Comissão Europeia publicou uma comunicação sobre sua contribuição para a defesa europeia, reiterando as alterações climáticas como multiplicador de ameaças. Em 2021, foram destinados 133 milhões de euros para pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de defesa relacionadas com o clima. Compromete-se a relatar o progresso do roteiro clima-defesa no primeiro semestre de 2022, explorar o impacto das diretrizes de energia em infraestruturas militares e fortalecer a relação clima-segurança-defesa com parceiros como a OTAN, ONU, EUA e Canadá (Lazarou and Tothova 2022).

Em 2022, uma versão atualizada do *Strategic Compass for Security and Defence* foi divulgada para consolidar o despertar geopolítico numa postura estratégica duradoura. O documento destaca a constante evolução das táticas de intervenientes estrangeiros, estatais e não estatais, incluindo a instrumentalização da migração irregular, a guerra legal e a coerção visando a segurança econômica e energética. Enfatiza a importância de fortalecer a resiliência contra as alterações climáticas, catástrofes e emergências, considerando-as não apenas ameaças por si mesmas, mas multiplicadoras de riscos. O aquecimento global intensifica fenômenos meteorológicos extremos, degradação ambiental global e aumenta a vulnerabilidade, podendo levar a instabilidade social, econômica e política. As alterações climáticas afetam infraestruturas energéticas, atividades

agrícolas e recursos naturais, exacerbando desigualdades sociais e expondo comunidades vulneráveis a novos riscos. Os membros da UE comprometeram-se a aprimorar a capacidade das forças armadas para apoiar autoridades civis em emergências, fortalecendo a coordenação civil-militar em todos os níveis. Isso envolverá exercícios abrangentes, incluindo cenários de assistência em catástrofes e ajuda humanitária. Até 2023, serão reforçadas as estruturas de resposta a crises do SEAE, aumentando a capacidade de resposta a situações complexas em colaboração com o Centro de Coordenação de Resposta de Emergência (Timakova 2022).

A política da União Europeia em relação às mudanças climáticas como uma questão de segurança tem evoluído significativamente ao longo do tempo. Esses desenvolvimentos refletem um reconhecimento crescente da UE de que a resposta às implicações migratórias das mudanças climáticas exigem uma abordagem integrada e colaborativa. A mesma leitura tem informado a abordagem adotada pela OTAN, como veremos a seguir.

MIGRAÇÃO, SEGURANÇA E CLIMA NA AGENDA DA OTAN

A OTAN é a maior e mais influente aliança militar intergovernamental, composta por 31 Estados membros, incluindo a adesão da Finlândia, em 2023. Seus membros estão dedicados à defesa coletiva contra ameaças externas.

Em junho de 2021, a OTAN emitiu a Declaração de Bruxelas, na qual os membros concordaram em posicionar a organização como líder global na compreensão e adaptação aos impactos das mudanças climáticas na segurança. Comprometeram-se a reduzir significativamente as emissões de gases de efeito estufa de atividades militares, priorizando a segurança, eficácia operacional e postura de dissuasão e defesa. O Secretário-Geral foi instado a estabelecer metas concretas para a redução de emissões e a avaliar a possibilidade de alcançar emissões líquidas zero até 2050. Além disso, foi iniciado um diálogo regular de alto nível sobre clima e segurança para coordenar ações. Segundo a OTAN, as mudanças climáticas impactam a segurança dos Aliados na área euro-atlântica e em sua vizinhança ampla. As mudanças climáticas testam a resiliência e preparação civil, influenciam o planejamento e a resiliência de instalações militares e infraestruturas críticas, além de criar condições adversas para

operações (NATO 2021b).

Para aumentar a conscientização, a OTAN comprometeu-se a realizar avaliações anuais do impacto das mudanças climáticas em seu ambiente estratégico e operações. Adaptando-se às mudanças climáticas, a OTAN integrou considerações sobre o clima em todas as suas atividades, desde o planejamento de defesa até exercícios civis. Para contribuir para a mitigação das mudanças climáticas, a OTAN desenvolveu uma metodologia de mapeamento para auxiliar os Aliados na medição de emissões de GEE, facilitando a formulação de metas voluntárias de redução. A OTAN também fortaleceu colaborações com países parceiros, organizações internacionais e regionais ativas em mudanças climáticas e questões de segurança (idem).

Também em 2021, a OTAN divulgou o Plano de Ação para Mudanças Climáticas e Segurança, destacando que as alterações climáticas complicam as missões das forças armadas. Desafios como temperaturas extremas, aumento do nível do mar, mudanças rápidas na precipitação e fenômenos meteorológicos intensos testam a resiliência de instalações militares e infraestruturas críticas, afetam a eficácia das capacidades e tornam as operações militares mais desafiadoras. O Plano identifica implicações como seca, erosão do solo e degradação do ambiente marinho, podendo resultar em fome, inundações, perda de terras e meios de subsistência. Essas mudanças podem impactar desproporcionalmente mulheres, meninas e populações vulneráveis, aumentando a fragilidade dos Estados, contribuindo para conflitos, deslocamentos e migrações, criando condições exploráveis por intervenientes que desafiam a Aliança (NATO 2021b).

Esses documentos reafirmam a posição da OTAN sobre as alterações climáticas, reconhecendo-as como um “multiplicador de ameaças”, expressão usada para descrever como as mudanças climáticas intensificam conflitos e inseguranças. Os membros da OTAN, já enfrentando desafios relacionados à migração de locais como Ucrânia, Síria e Afeganistão, podem se tornar destinos para migrantes de áreas do Oriente Médio e África tornando-se inabitáveis devido às alterações climáticas (NATO 2021b; 2021a).

A migração climática é relacionada a três desafios para a OTAN. Primeiramente, pode gerar instabilidade, questionando a governança nos países onde a OTAN pode implantar forças para treinamento ou apoio. Em segundo lugar, a migração climática pode aumentar a probabilidade

de respostas desestabilizadoras e reativas por parte da Europa. Por fim, as forças políticas de alguns países podem explorar a oportunidade para causar tumultos e instrumentalizar a migração.

A migração, embora possa ser uma estratégia de adaptação positiva, em regiões com governança já frágil, tende a ampliar a instabilidade e o conflito, especialmente quando associada a outros desafios políticos, sociais e de segurança. Essa situação é mais pronunciada em áreas onde a OTAN conduz atualmente missões de treinamento e apoio, como o Iraque e a África Subsaariana. A rápida urbanização, frequentemente resultante dos crescentes riscos climáticos, pode gerar sérias tensões econômicas e sociais quando não gerenciada adequadamente. A falta de serviços sociais eficientes, como habitação, educação, saúde, água ou sistemas de energia, pode criar insegurança, agravar divisões sociais e aumentar a pressão sobre governos já fragilizados. Por exemplo, um estudo de 2021 da Organização Internacional para as Migrações revelou que migrantes induzidos pelo clima no sul do Iraque, ao se deslocarem das zonas rurais para a cidade de Bassorá, concentravam-se em grande parte em bairros enfrentando múltiplos problemas sociais relacionados à segurança econômica, acesso aos direitos e segurança, com muitos buscando refúgio em habitações sujeitas a despejo e aceitando empregos mal remunerados no setor informal. Essa urbanização mal gerida pode criar grandes aglomerados informais, tornando os migrantes mais suscetíveis ao recrutamento por grupos criminosos e extremistas, perpetuando a percepção negativa da migração como uma forma inadequada de adaptação.

Se não forem coordenadas e planejadas antecipadamente, as respostas fragmentadas e as reações nativistas de nações europeias a um aumento na migração podem criar maiores riscos de segurança, tanto para os migrantes quanto para os Estados. Por exemplo, políticas nativistas podem desencadear um aumento na violência anti-imigrante, elevando a vulnerabilidade dos migrantes e reduzindo as vias legais de proteção. Além disso, respostas políticas reativas e improvisadas podem minar a sociedade civil e a confiança no governo, como ocorreu durante a pandemia de COVID-19. No passado, partidos populistas e nativistas na Europa negavam as mudanças climáticas, mas a narrativa nativista sobre o clima evoluiu da negação para a exploração oportunista de impactos, como a migração, como prova para fortalecer posições políticas ideológicas e, muitas vezes, racistas. Por exemplo, alguns grupos populistas estão adotando uma retórica chamada “ecobordering”, que culpa os imigrantes

pela degradação ambiental nacional, ignorando tanto as contribuições mais amplas do Norte Global quanto as evidências de que os imigrantes tendem a utilizar menos energia e produzir menos resíduos em suas novas comunidades (Macklin 2022).

A reação à crise dos refugiados ucranianos destaca a inconsistência nos critérios de asilo em toda a Europa. Pela primeira vez, a UE implementou a Diretiva relativa à proteção temporária (TPD), proporcionando aos refugiados acesso a moradia, cuidados médicos, emprego e educação por três anos após a chegada, sem a necessidade imediata de solicitar asilo. Anteriormente, o bloco recusou-se a ativar a TPD em resposta a ondas migratórias, como a da Síria em 2015, apesar de sua eficácia na integração de refugiados e na redução do tempo em situações vulneráveis, como campos ou centros de recepção. A aceitação de refugiados ucranianos pode ser, em parte, atribuída à situação geopolítica, repudiando as ações agressivas da Rússia. Contudo, as discrepâncias demográficas entre os refugiados ucranianos e os que fogem de regiões mais afetadas por conflitos e mudanças climáticas (Oriente Médio e Norte de África) também influenciam as respostas divergentes às ondas migratórias.

A crescente migração devido às alterações climáticas levanta a preocupação de que alguns Estados possam explorar esse aumento para criar desordem. O Plano de Ação da OTAN para as Alterações Climáticas e a Segurança, de 2021, destaca que as alterações climáticas podem proporcionar condições que atores estatais e não estatais podem explorar, ameaçando a Aliança. O relatório dos EUA sobre Alterações Climáticas e Migração, abordado anteriormente, expressa essa preocupação de maneira enfática, indicando que esses atores podem acentuar os efeitos das alterações climáticas na migração, utilizando-a para promover objetivos políticos, sociais e econômicos.

No outono de 2021, testemunhamos como o Presidente bielorrusso Alexander Lukashenko utilizou a migração para gerar caos e sobrecarregar os recursos de um país vizinho da OTAN. Como parte das medidas retaliatórias entre a UE e Lukashenko após a eleição contestada de 2020, a Bielorrússia relaxou as restrições de visto, resultando em migrantes direcionados para a fronteira polonesa. Isso provocou uma crise para a Polónia, e a UE e a OTAN foram solicitadas a intervir. Embora aparentemente não relacionado às alterações climáticas, muitos migrantes eram curdos iraquianos, grupo étnico do Curdistão, afetados por más condições climáticas e governação, levando-os a buscar uma vida melhor

na Europa. Este incidente revela um cenário futuro em que pessoas em busca de segurança e prosperidade são manipuladas em jogos geopolíticos (Petty 2022).

A maioria dos refugiados climáticos terá partido ciente de que não poderá regressar, seja devido ao aumento do nível do mar que submergiu suas casas, seja à terra exaurida pela seca, incapaz de sustentar a produção agrícola. Sem uma preparação eficaz dos órgãos de governança locais, nacionais e internacionais, é improvável que encontrem a segurança desejada frente aos efeitos climáticos por meio da mobilidade.

A OTAN está bem posicionada para coordenar recursos e promover abordagens coletivas na gestão da migração, colaborando com Estados, organizações sem fins lucrativos e entidades humanitárias. Isso é vital para evitar intervenções repetidas e desperdício. O poder organizacional da OTAN será essencial para facilitar discussões sobre o desenvolvimento e implementação de políticas internacionais de migração. A OTAN deve usar sua experiência para fortalecer as capacidades dos países membros na absorção eficaz de um aumento no número de migrantes.

CONCLUSÃO

Esse artigo buscou explorar como eventos climáticos extremos, alterações nos padrões climáticos e fenômenos ambientais induzidos pelo aquecimento global contribuem para deslocamentos populacionais significativos, que, por sua vez, trazem implicações importantes para a estabilidade geopolítica global e para a resiliência de comunidades vulneráveis. A compreensão e antecipação dos impactos das mudanças climáticas na dinâmica da migração são cruciais para a formulação de estratégias de segurança nacional e para a manutenção da estabilidade em um mundo em transformação. Alguns temas que emergiram desse estudo sobre o nexo entre mudanças climáticas, segurança e migração já vêm sendo mencionados pela literatura especializada há alguns anos, são mais bem estabelecidos na literatura e, por isso, mais previsíveis. Por exemplo, as mudanças climáticas podem agravar condições socioeconômicas em regiões vulneráveis, levando a conflitos. Migrações em larga escala podem criar instabilidade política, aumentar a competição por recursos escassos, e potencialmente desencadear crises humanitárias. Crises humanitárias, por sua vez, têm implicações diretas para a segurança, exigindo dos militares a capacidade de responder a

crises humanitárias, gerenciar a segurança em áreas de deslocamento populacional e colaborar em operações internacionais para lidar com as consequências. Além disso, o aumento da migração pode ser explorado por grupos extremistas ou organizações criminosas, representando uma preocupação adicional para a segurança.

Há outros motivos de interesse cujo debate é mais recente, ainda pouco consolidado em muitos países, incluindo o Brasil, e que são de extrema importância para quem tem a responsabilidade de pensar sobre segurança nacional e manutenção da estabilidade. Como vimos, EUA, a UE e a OEA vêm convergindo em suas preocupações com a instrumentalização das migrações, com as tensões étnico-políticas, com a demanda crescente por participação de forças militares em operações de gestão de fluxos migratórios e em operações de resposta a desastres ambientais, com deslocamento de forças militares, em geral, após a destruição de infraestrutura militar por desastres e, em geral, com tornar as forças militares mais 'verdes' como parte do esforço de estabilização geopolítica. Esse estudo se concentrou nessa agenda emergente.

Ao analisar as políticas adotadas pelos Estados Unidos, pela União Europeia e pela OTAN, busquei compreender as questões sobre adaptação climática, gestão de migração e segurança pertinentes ao caso brasileiro. Isso não quer dizer transplantar uma agenda. O caso brasileiro, presume-se, tem especificidades que não permitiram um exercício desse tipo. Isso dito, enquanto a aplicabilidade direta deve variar, uma abordagem comparativa pode oferecer uma base sólida para a compreensão das complexas interações entre mudanças climáticas, migração e segurança em nosso contexto local.

Em outras palavras, esse estudo é parte de um projeto maior voltado a mapear a discussão sobre migração climática, observando como as mudanças climáticas têm provocado o deslocamento forçado de pessoas no Brasil e quais têm sido os principais atores envolvidos e as políticas públicas adotadas pelo Estado brasileiro para lidar com essa questão, tanto no que tange ao atendimento às populações deslocadas, quanto no que tange à adoção de políticas de mitigação, adaptação e resiliência. Esse artigo buscou estabelecer o pano de fundo para esse estudo maior.

CLIMATE CHANGE, DEFENSE AND MIGRATION: AN EMERGING AGENDA IN THE GLOBAL NORTH

ABSTRACT

This article explores how extreme climate events and changes in climate patterns due to global warming lead to significant population displacement. These types of migration have crucial implications for global geopolitical stability and the resilience of vulnerable communities. It is essential for national security strategy to understand the impacts of climate change on migration. The US, the EU and NATO are key players in the global discussion on climate change, security and migration. By analyzing these players' strategies, this article seeks to build reflection upon climate adaptation, migration management, and security, so as to anticipate relevant issues in the Brazilian scenario.

Keywords: Climate Change, Defense, Migration, USA, European Union, NATO

REFERÊNCIAS

BEYER, Robert; MILAN, Andrea. **Climate change and human mobility: quantitative evidence on global historical trends and future projections**. IOM un migration, 2023. Disponível em: <https://www.iom.int/resources/climate-change-and-human-mobility-quantitative-evidence-global-historical-trends-and-future-projections>.

BIDEN, Joseph. National Security Strategy. **The White House 23**, 2022.

BORREL, Josep. Towards a climate-proof security and defense policy: a roadmap for EU action. European Union External Action, 2022. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/towards-climate-proof-security-and-defence-policy-roadmap-eu-action_and_en.

National security and the accelerating risks of climate change. **Center for Naval Analysis**, 2014. Disponível em: https://www.cna.org/archive/CNA_Files/pdf/mab_5-8-14.pdf.

DUPONT, Claire. 2019. The EU's collective securitisation of climate change. **West European Politics**, [S. l.], v. 42, n. 2, p. 369-390, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/01402382.2018.1510199>.

FLOYD, Rita. The environmental security debate and its significance for climate change. **The International Spectator**, [S. l.], v. 43, n. 3, p. 51-65, 2008.

HOMER-DIXON, Thomas. A reflection on 30 years of climate and conflict. In: CLACK, Timothy; MERAL, Ziya; SELISNY, Louise (org.). **Climate change, conflict and (in) security: hot war**. Nova Iorque: Routledge, 2023. p. 294.

JIVNANI, Kiran S.; KANG, Inkoo. 2021. Building smarter military bases for climate resilient communities. **Atlantic Council**, Washington, DC, 2021. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/geotech-cues/building-smarter-military-bases-for-climate-resilient-communities/>.

KEOHANE ROBERT. The global politics of climate change: challenge for

political science. **Political Science & Politics**, Cambridge, v. 48, n. 1, p. 19-26, 2015. DOI: 10.1017/S1049096514001541.

LAZAROU, Elena; TOTHOVA, Linda. 2022. **Climate change considerations for EU security and defense policy**. Estrasburgo: European Parliament. 2022. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2022/729467/EPRS_BRI\(2022\)729467_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2022/729467/EPRS_BRI(2022)729467_EN.pdf).

LIEVEN, Anatol. Climate change and the State: a case for environmental realism. **Survival: global politics and strategy**, Londres, abr./maio 2020, p. 7-26.

LIGHT, Sarah E. The Military-Environmental Complex. **BCL Rev.**, Florida, v. 55, n. 879, 2014, p. 465-476.

MACKLIN, Graham. The extreme right, climate change and terrorism. **Terrorism and political violence**, [S. l.], v. 34, n. 5, 2022, p. 979-96.

MAERTENS, Lucile. 2022. Climatizing the UN Security Council. **The climatization of global politics**, [S. l.], p. 143-63.

Mathews, Jessica Tuchman. Redefining Security. **Foreign affairs**, [S. l.], v. 68, n. 2, 1989, p. 162-77.

MC DONALD, Matt. Climate change and security: towards ecological security? **International theory**, Cambridge, v. 10, n. 2, 2018, p. 153-80.

MYERS, Norman. 1993. Environmental refugees in a globally warmed world. **Bioscience**, Oxford, v. 43, n. 11, 1993, p. 752-61.

OTAN. **Brussels summit communiqué: issued by the heads of state and government participating in the meeting of the North Atlantic council in Brussels**. 14 jun. 2021a.

OTAN. **NATO climate change and security action plan**. 2021b.

ORR, Alicia. 2021. **Presidential views of climate change as a national security concern**. Nova Iorque: Perspective, 2021.

PETTY, Aaron R. Migrants as a weapons system. **Journal of national security law & policy**, Califórnia, n. 13, v. 1, 2022, p. 113-39.

Task force report to the president on the climate crisis and global migration. **Refugees International**, 2021. Disponível em: <https://www.refugeesinternational.org/reports-briefs/task-force-report-to-the-president-on-the-climate-crisis-and-global-migration-a-pathway-to-protection-for-people-on-the-move/>. Acesso em: 08 dez. 2023.

RIGAUD, Kanta Kumari; Sherbinin, Alex de; JONES, Bryan et al. 2018. Groundswell: preparing for internal climate migration. **World Bank**, Washington, DC, 19 mar. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1596/29461>.

SANCHEZ-REAZA, Javier et al. 2023. **Making the European Green Deal work for people**: the role of human development in the green transition. Washington, DC: World Bank.

SAWISLAK, Josh; KEYAL, Akash; FETSCHER, Ruthie; MARIANI, Joe. 2022. Climate-Forward defense. **Deloitte Insights**, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://www2.deloitte.com/us/en/insights/industry/public-sector/climate-forward-defense.html>. Acesso em: 08 dez. 2023.

SOYSA, Indra de. Ecoviolence: shrinking pie, or honey pot? **Global environmental politics**, Massachusetts, v. 2, n. 4, p. 1-34, 2002.

SZOSZKIEWICZ, Łukasz. Mining the EU Global Strategy of 2016. **Przegląd Prawniczy Uniwersytetu Im. Adama Mickiewicza**, [S. l.], v. 11, n. 11, p. 207-34, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14746/ppuam.2020.11.11>.

THALHEIMER, Lisa; CHOQUETTE-LEVY, Nicolas; GARIP, Filiz. Compound impacts from droughts and structural vulnerability on human mobility. **iScience**, [S. l.], v. 25, n. 12, p. 105-491, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.isci.2022.105491>.

TIMAKOVA, O. A. Roadmap for stronger security and defense of Europe: EU 'Strategic Compass' implementation prospects. **Problemy Postsovetskogo Prostranstva**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 151-67, 2022. DOI: <https://doi.org/10.24975/2313-8920-2022-9-2-151-167>.

ULLMAN, Richard H. 1983. Redefining security. **International security**, Cambridge, v. 8, n. 1, p. 129-53, 1983.

United Nations Development Programme. **Fighting climate change: human solidarity in a divided world**. In: Human Development Report 2007/2008. Nova Iorque: UNDP, 2007. p. 1-18.

Executive order on rebuilding and enhancing programs to resettle refugees and planning for the impact of climate change on migration. **The White House**, 2021. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/presidential-actions/2021/02/04/executive-order-on-rebuilding-and-enhancing-programs-to-resettle-refugees-and-planning-for-the-impact-of-climate-change-on-migration/>. Acesso em: 08 dez. 2023.

President (2009-2017: Obama). **National Security Strategy**. Estados Unidos: The White House, 2015

*** Recebido em 24 de setembro de 2023, e aprovado para publicação em 20 de dezembro de 2023.**